ISSN 2447-9357

A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM GOIÁS

Fernanda Araújo Silvestre[1], Marcelo José Moreira[2]

1 Graduando do curso de Ciências Econômicas do Campus Anápolis de CSEH/UEG.
2 Docente da Universidade Estadual de Goiás.

Palavras-chave: Instituições; Desenvolvimento; Estado

Introdução

Este trabalho busca entender o papel das instituições no processo de desenvolvimento. Para tanto, torna-se necessário o entendimento de ambos os conceitos, e sua relação e interferência com o Estado, agente fundamental.

O desenvolvimento, segundo Hirschman, é o processo de coordenar uma variedade de recursos condicionalmente disponíveis e habilidades latentes, onde são necessários não apenas os recursos, mas "gestão" pública, para a tomada de decisões. O entendimento do desenvolvimento é visto como a criação de meios institucionais para trazer à vida recursos potenciais: soluções criativas aplicadas a circunstâncias completas.

A estratégia do desenvolvimento para Myrdal (1957) são as intervenções, que fazem com que ocorram reformas estruturais no sistema. O autor evidencia as diferenças econômicas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, por meio da Teoria da Causação Circular Cumulativa, que tem como objetivo analisar as inter-relações causais de um sistema social enquanto o mesmo se movimenta sobre a influência de questões exógenas, acentuando o desequilíbrio por meio de determinadas forças circulares, onde os países pobres tendem cada vez mais a um estado de pobreza, a desigualdade entra como uma condição natural do sistema, como um círculo vicioso. Resulta desse fato a necessidade de uma intervenção pública, inicialmente citada, procurando evitar que processos cumulativos de desequilíbrio econômico e social se ampliem.

Segundo Prebisch (1949), as relações "centro-periferia" determinam os motivos que levam ao desenvolvimento desigual do capitalismo em escala global, dividindo o mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Para Celso Furtado as teorias sobre o desenvolvimento econômico são "esquemas

ISSN 2447-9357

explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem estar de uma população com crescente homogeneização social" (FURTADO, 1992b, p. 39). Para o autor, desenvolvimento para os países subdesenvolvidos é mito.

A forma como as instituições são impostas à sociedade moderna, será discutida, sendo por meio de regras e a capacidade coercitiva que o governo e o mercado possuem, analisando os elementos estruturais da economia goiana, baseado no processo de desenvolvimento capitalista e ao papel do Estado.

Referencial Teórico

Seguindo o conceito de Hirschman, o desenvolvimento não depende de encontrar ótima confluência de certos recursos e fatores de produção, mas sim de provocar e mobilizar, com propósito desenvolvimentista, os recursos e as aptidões que se acham ocultos, dispersos ou mal empregados. O que se deve levar em consideração são os meios instituídos para dar vida aos recursos e fatores de produção.

O investimento é a principal variável utilizada por Hirschmann, pois um investimento tem propensão a gerar outros novos investimentos. Para o autor, o desenvolvimento econômico poderia resultar do desequilíbrio da oferta que possibilitaria e estimularia as decisões de investimento induzido. Daí, a aderência de Hirschmann ao desenvolvimento desequilibrado, onde a intenção é manter o desequilíbrio fazendo com que a sociedade tome decisões de investimento, sejam elas ancoradas ao governo, ou pelos lucros.

O problema do desenvolvimento conforme Hirschman é: vislumbrar o fracasso, ao invés de utilizar o que se tem; a dificuldade de canalizar energias humanas na direção desejada, intencionalidade. O desenvolvimento é um processo gerador de desigualdades, um círculo vicioso acumulativo. O autor entende o desenvolvimento como a criação de meios institucionais para trazer à vida recursos potenciais: soluções criativas aplicadas a circunstâncias concretas.

Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, surgem as instituições que atuam como solucionadoras de conflitos. As instituições foram criadas com a intenção de promover o bem-estar social, em meio à sociedade capitalista.

ISSN 2447-9357

Segundo Hodgson, "*Institutions are durable systems of established and embedded social rules that structure social interactions. In short, institutions are social rule-systems*"[1]. Hodgson trata as instituições como sistemas de regras. Segundo o autor as regras formais, decretadas e escritas têm pouca eficiência, pois muitas delas não são seguidas pela população, independente da situação econômica. O que é levado em consideração é a forma como se dão as relações humanas.

As instituições objetivam provocar a cooperação e reduzir os conflitos, de forma a maximizar os recursos econômicos e diminuir os desperdícios, e isso pode ser visto por meio de regras, que ora ajudam, ora prejudicam o funcionamento do sistema econômico (FIANI, 2011).

Instituições incluem convenções, normas legais e formais, linguagem, medidas, sistemas de peso, direito, empresas, educação e normas de trânsito. Deste modo segundo Searle (1995), citado por Hodgson (2005), instituições são representações mentais, pois essa só pode existir se as pessoas tem relacionadas a elas crenças e atitudes mentais.

De acordo com Fiani (2011), as instituições, são regras, sejam elas formais ou não, no qual são adquiridas pela sociedade, e sofrem evolução com o passar da história. Podem ser estabelecidas por meio da chamada ordem social, que nos traz hábitos, costumes, regras de relacionamento, cultura, dentre outros, que apresentam de maneira informal características de uma instituição, onde há regras a serem seguidas, mesmo que seja por meio do convívio social.

Na visão de Hodgson (2005) as instituições são regras de um jogo. E as organizações são os jogadores. Estas possuem a função de reduzir a incerteza no mercado, proporcionando o bem-estar social. Essa assertiva levou alguns estudiosos a mencionar que as organizações não são instituições, assertiva que Hodgson não considera consistente.

É necessário diferenciar instituições de organizações, pois esses conceitos muitas vezes são confundidos. Segundo Fiani (2011), instituições são regras gerais de interação

1

Instituições são sistemas duráveis de regras sociais estabelecidas que estruturam interações sociais. Em resumo, instituições são sistemas e regras sociais. Tradução: SILVESTRE, F. A. (2015).

ISSN 2447-9357

social e organizações são regras próprias, no qual as ações são executadas baseadas em regras específicas, que objetivam à ação coletiva de um grupo em torno de um propósito comum.

Já segundo Hodgson, as organizações podem ser definidas como um tipo especial de instituição, no qual estabelece limites e pode ser tida como uma responsabilidade, onde se sabe quem está no comando, ditando o direcionamento e procurando alcançar o desenvolvimento econômico. A dificuldade do desenvolvimento econômico é alcançar a eficiência do sistema, com direitos que sustentem a cultura (instituições informais) e as regras legais (instituições formais). Dessa forma, o formal e o informal dependem um do outro.

As instituições apresentam uma forma específica (arranjo institucional) e uma forma geral de atuação (ambiente institucional). (FIANI, 2011)

Segundo Fiani(2011), o ambiente institucional (*institutional environment*) "é o conjunto de regras fundamentais de natureza política, social e legal, que estabelece a base para a produção, a troca e a distribuição".

Fiani(2011, p.4) ressalta "Já um **arranjo institucional** seria, de acordo com Douglass North e Lance E. Davis (1971, p.7), "(...) um arranjo entre unidades econômicas, que governa a forma pela qual essas unidades podem cooperar e/ou competir".

Muitos economistas defendem que o estudo do mercado, e seu bom funcionamento seriam capazes de promover o desenvolvimento econômico, excluindo a necessidade da existência de instituições, como forma de regulação, e imposição de regras, eles vêem as instituições como injustificadas e causadoras de problemas de ineficiência, defendem que o mercado funciona melhor com a mínima intervenção e regulação do Estado (HODGSON, 2005).

Entretanto, não existem mercados totalmente perfeitos, o que pode ser observado através das falhas de mercado (externalidades, bens públicos, assimetria de informações e poder de mercado). Estas falhas são normalmente provocadas pelas imperfeições do mercado, como informação incompleta dos agentes econômicos, custos de transações[2] elevadas, existência de exterioridades e ocorrência de estruturas de mercado do tipo concorrência imperfeita. (FIANI, 2011)

Estrutura de governança são as instituições que promovem a estrutura que viabiliza o desenvolvimento das transações (Williamson, 1986). Seu objetivo é reduzir custos de

ISSN 2447-9357

transação. Os mercados não são a única estrutura de governança, há outras, que via das vezes, podem ser mais eficazes, dependendo dos critérios e características que se adéquem melhor a solução da redução dos custos de transação. (FIANI, 2011)

O ambiente institucional expõe as regras gerais que regulam as relações na sociedade, e que estruturam os agentes, a fim de estabelecer estruturas de governança como arranjos institucionais específicos para sustentar transações particulares. Variam de acordo com leis e costumes sociais, dados seus custos; e se restringem, por meio de falhas presentes no sistema econômico, que é complexo e sempre está em transmutação. (FIANI, 2011)

Para coordenar toda a estrutura de oscilação econômica organizacional, onde há uma imensa complexidade, devido à quantidade de agentes econômicos no mercado, que se caracterizam pela impessoalidade e a não reciprocidade, carregando uma interdependência heterogênea; é necessário, segundo Douglas North, a inserção do Estado, como agente regulador, que especifica direitos de propriedade e garante contratos, procurando reduzir os custos de transação e os conflitos gerados pelo oportunismo, logro, etc (FIANI, 2011).

De um lado, tem- se os mercados competitivos, e de outro, o Estado. A Teoria de Busca de Renda foi a primeira a estudar o funcionamento do Estado como agente de redistribuição de renda. Segundo esta teoria, o mercado buscaria transferência de renda advinda do Estado, onde o mercado tradicionalmente competitivo deixaria de buscar lucros, por meio da produção, do investimento tecnológico, da mão de obra assalariada, que se reverterá em consumo posteriormente, movimentando a economia e aumentando o bem estar social da sociedade (FIANI, 2011).

A Teoria de Busca de Renda não é suficiente para o entendimento da função do Estado, mediante o mercado, que é um dos grandes objetos de estudo dos economistas, pois nessa abordagem, não é apresentada a ação coletiva do Estado. Esta teoria, enxerga o Estado como um agente nocivo a economia, entretanto, baseado em outras teorias, constata-se, que o Estado é um ator de grande importância na sociedade, com objetivos próprios (FIANI, 2011).

A análise de Douglas Norht, John Joseph Wallis e Barry R. Weinsgast (2009) foi mais além do que a Teoria da Busca de Renda, segundo os economistas, a cópia das instituições dos países avançados nos países em desenvolvimento na maioria das vezes tem como conseqüência a desestabilização da coalizão entre as alianças que compões o Estado Natural, sem que ocorra alteração da sociedade em uma sociedade de Ordem Aberta (FIANI, 2011).

ISSN 2447-9357

O Estado Natural é a forma de controle das sociedades por meio do Estado, com o objetivo de administrar e controlar conflitos que surgem com o aumento das populações (FIANI, 2011).

Ao contrário do Estado Natural, a Ordem de Acesso Aberto, não abrange apenas o Estado. De acordo com Douglas North, John Joseph Wallis e Barry R. Weinsgast (2009) seu controle se dá por meio de:

1. Consolidação das forças militares e policiais, sob o controle do sistema político.

2. Presença de um conjunto de restrições e incentivos que limitam de forma eficaz o uso legitimo da violência pelo sistema político.

3. Para um partido ou uma facção política permanecer no poder, deve obter o apoio de interesses econômicos e sociais, de forma ampla. (FIANI, 2011)

Assim, a Ordem de Acesso Aberto seria uma ordem social em que haveria controle político dos mecanismos de prática de violência; e haveria comando por parte da sociedade do modo pelo qual o poder político faz uso de tais instrumentos de violência, utilizando-se de total liberdade para agir. Trata-se do ambiente institucional. (FIANI, 2011)

Entretanto, não se tem uma comprovação de que a Ordem de Acesso Aberta seja uma condição para o desenvolvimento econômico, devido não termos uma *teoria* do papel das instituições concreta (FIANI, 2011).

Segundo Fiani, o Estado, muitas vezes se coloca de maneira incorreta, buscando servir apenas os que estão no poder. Entretanto, é necessário estudá-lo para que este não seja visto de forma negativa, assim como buscar modificar seu papel institucional.

Peter Evans (2004) trata do desenvolvimento no setor industrial, em torno das ações tomadas pelo Estado.

Segundo Peter Evans, “Não é possível dispensar a racionalidade administrativa do Estado funcionando no sistema econômico como um contraponto à racionalidade individual” qualquer que seja a economia. Quanto mais uma economia é deficitária, mais é necessária a intervenção do Estado, pelo motivo, de requerer, correção das falhas de mercado, superação de resistências sociais ao processo de desenvolvimento econômico, e superação de resistências sociais à redistribuição de renda na sociedade (FIANI, 2011).

ISSN 2447-9357

O modelo "ideal" de administração pública está intimamente ligado a autonomia relativa do Estado, que está vinculada com a burocracia weberiana, proposta por Max Weber (FIANI, 2011).

Segundo Peter Evans e Dietrich Rueschemeyer, "o Estado deve adquirir certo grau de "autonomia relativa" da classe dominante com o objetivo de promover efetivamente a transformação econômica". (FIANI, 2011, p.203)

O tipo ideal de burocracia é caracterizado por um alto grau de profissionalismo e preparo técnico para o desempenho das funções administrativas, sem essa burocracia o Estado se torna vítima de interesses particulares, levando a esfacelação do Estado. Esta referência de burocracia qualificada é algo difícil de ser concretizado, principalmente em países subdesenvolvidos, que não possuem tais tradições habituais por parte de seus agentes privados (FIANI, 2011).

O mundo é caótico, as instituições permitem que alguns padrões sejam reproduzidos diariamente o que proporciona um pouco de ordem, é a nossa capacidade de observar os padrões sociais que nos possibilita interagir com o mundo (HODGSON, 2005).

Metodologia

Para efeito desse trabalho, deve-se ressaltar que o termo estrutura (referenciado na introdução) refere-se "às proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço" (Furtado, 1961). Por conta disso, a análise de/sobre mudanças da estrutura deve ser acompanhada dos métodos histórico-institucional, dialético e pragmático. Para tanto, faz-se necessário uma análise que contemple o desenvolvimento capitalista brasileiro nos últimos 60 anos. A partir daí, caracterizar o processo de desenvolvimento do território em questão, com base nos métodos histórico-institucional e dialético, por meio da observação dos processos de aprofundamento, difusão ou diversificação das atividades econômicas, da concorrência entre espaços produtivos (com infra-estruturas públicas, equipamentos coletivos e de serviços) e do "complexo institucional".

Resultados e Discussões

Segue um quadro expositivo, contendo algumas das instituições atuantes em Goiás:

ISSN 2447-9357

DATA	IBGE	INSTITUTO MAURO BORGES (IMB)	IPEA
1933	Apresentação do **anteprojeto de um Instituto Nacional de Estato**, como forma de reorganizar a estatística brasileira.		
1936	O **Instituto Nacional de Estatística (INE)** é instalado por Getúlio Vargas.No mesmo ano, é criado o Conselho Nacional de Estatística (CNE) .		
1937	É criado o **Conselho Brasileiro de Geografia (CBG)** , incorporado ao Instituto Nacional de Estatística (INE) e autorizado a aderir à União Geográfica Internacional (UGI).		
1938	Em 26 de janeiro, já sob a ditadura do Estado Novo, o Decreto-Lei nº 218 cria o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** a partir do **INE**.		
1942	Entra em vigor a nova Divisão Regional do Brasil, que agrega as Unidades Federadas em 5 Grandes Regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.		
1942	Criação das **Inspetorias Regionais de Estatística Municipal (IRs).**		
1956		Criação do Conselho Superior de Planejamento e Coordenação.	
1960	Censo de 1960.		
1961		Conselho Superior de Planejamento e Coordenação foi extinto pela lei 3.999 que criou a Secretaria de Planejamento e Coordenação.	
1964			Concebido na gestão de Castelo Branco, o PAEG atingira o objetivo de reduzir a inflação, mas não as metas de crescimento planejadas.
1966			Foi criado o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento (1967-1969) recebeu como herança o Econômico e Social (Cendec).
1967	Transformação da antiga autarquia IBGE em **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Agora o IBGE estaria subordinado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Antes disso, o INE/IBGE fora ligado diretamente à Presidência da República e ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais.		O governo do general Costa e Silva recebeu como herança o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. No lugar do Plano Decenal, foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED). A ideia era acelerar o crescimento em um prazo mais curto, trienal.Assumiu o Nome IPEA.
1968		Através da lei 6.888 foi estabelecida para a Secretaria do Planejamento e Coordenação a seguinte competência: "Promover o levantamento, a pesquisa e a interpretação de dados estatísticos, contábeis ou informativos necessários às suas atividades ou de outros órgãos da administração estadual. Centralização e divulgação de dados estatísticos"	Surge o Centro Nacional dos Recursos Humanos (CNRH).
1971	Criação do **Instituto Brasileiro de Informática (IBI)** como um dos órgãos autônomos da Fundação IBGE.		O Ipea monta o Instituto do Orçamento (Inor), responsável pela coordenação e supervisão da elaboração do Orçamento da União.

ISSN 2447-9357

DATA	IBGE	INSTITUTO MAURO BORGES (IMB)	IPEA
1973	Criação das primeiras 9 **Regiões Metropolitanas** do Brasil: São Paulo, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e, em 1974, Rio de Janeiro.		O Ipea se divide. No Rio de Janeiro se estabelece o Instituto de Pesquisa (Inpes). Em Brasília, instala-se o Instituto de Planejamento (Iplan).
1974	Início da realização dos trabalhos de campo do **Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF),** associando métodos de pesquisas qualitativas e quantitativos por meio de pesquisas domiciliares.		
1978		Mudou o nome para DATACENTRO - Centro de Dados.	
1980		Mudança de nome para DEDIN – Divisão de Estatística, Documentação e Informática.	
1983		Mudança de nome para CEDIN – Coordenação de Estatística, Documentação e Informática.	
1985	Com o retorno à democracia, é criada uma **Comissão de Reforma Administrativa (CRA)**, que propõe "Um novo IBGE para uma Nova República".	Mudança de nome para Departamento de Estatística e Informação.	
1987		Mudança de nome para SEPIN – Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação.	
1990			Reestruturação do Instituto que veio da Ditadura sucateado.
1992		Com a fusão da Superintendência de Planejamento à Superintendência de Estatística, passou a denominar-se: Superintendência de Planejamento e Pesquisa.	
1994	Autonomia técnica do IBGE devido à implementação do Plano Real, e desetabilização política do órgão.		
1995	Transformação da base de informática do IBGE.	Nova alteração funcional e o setor ganhou a denominação: SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação.	
2008	Instituição da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE		
2010	Censo De 2010		
2011		Reforma Administrativa, alterou somente o nome para: Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas.	
2012		a Lei nº 17.688 transformou a Superintendência de Estatísticas, Pesquisas e Informações Socioeconômicas(Sepin) no Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socieconômicos(IMB).	

Conclusão

Este trabalho trará resultados quanto ao governo de Goiás, sendo possível uma análise do setor público, e das políticas desenvolvimentistas, e analisar a atuação dos governos (de Mário Borges a Marconi Perilo), destacando e procurando soluções para os problemas, que serão identificados na análise.

Foram abordados os conceitos e entendimento de desenvolvimento e subdesenvolvimento

ISSN 2447-9357

com diversas vertentes teóricas, que abordam a economia equilibrada e economia de desenvolvimento.

Assim como o entendimento do papel das instituições, e sua importância e interferência no sistema econômico, tanto em âmbito nacional, como internacional, atribuindo importância fundamental para a organização dos territórios e para o processo de desenvolvimento.

Referências

CHANG, Ha-Joon& EVANS, Peter (2000).The Role of Institutions in Economic Change. Paper prepared for the meeting of the "Other Canon" group, Venice, Italy, January 13 – 14. Disponível em: https://dagoodtown.files.wordpress.com/2011/05/ch5-chang-evans-reimagining.pdf

FIANI, R. Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HIRSCHMAN, Albert O. Estratégia do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HODGSON, G. M. Institutions and economic development: constraining, enabling and reconstituting. In: DYMSKI, G.; PAULA, S. Re-imagining growth towards a renewal of development theory. London: Zedbooks, 2005.

HODGSON, G. M. What are Institutions? In: Journal of Economic Issues, vol. XL, n. 1, março de 2006.

MYRDAL, Gunnar. Economic theory and under-developed regions. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.